

## **EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA MULHER NO ÂMBITO DO MERCOSUL: DAS REUNIÕES ESPECIALIZADAS AO PROGRAMA *ELLAS HACEN***

### ***ECONOMIC EMPOWERMENT OF WOMAN IN MERCOSUR SCOPE: SPECIALIZED MEETINGS TO ELLAS HACEN PROGRAM***

**LAÍS GABRIELLE ARAÚJO DA PALMA<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: laisgpalma@gmail.com

**Resumo:** O artigo analisa a construção de políticas de empoderamento econômico das mulheres no âmbito do Mercosul. Para tanto, são analisadas as atas das Reuniões de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul e as normas regionais sobre gênero desde seus primórdios. Nesse balanço, destaca-se o programa argentino *Ellas Hacen*, instituído em março de 2013 pelo Ministério de Desenvolvimento Social, objetivando fortalecer direitos e construir cidadania urbana em bairros emergentes a partir do fomento às cooperativas de mulheres. O artigo propõe assim um diálogo sobre os intercâmbios resultantes dos encontros regionais e das ações implementadas nacionalmente tratando de gênero e economia, considerando as potencialidades dos debates e do entrecruzamento de ações.

**Palavras-chave:** Empoderamento econômico; Mulheres; Mercosul; *Ellas Hacen*

**Abstract:** *The article analyzes the construction of economic empowerment policies for women in the Mercosur. Therefore, the minutes of the Meeting of Ministers and High Authorities of Mercosur Woman and regional standards on gender from the very beginning are analyzed. In this balance, there is the Argentine program Ellas Hacen established in March 2013 by the Ministry of Social Development, aiming to strengthen rights and build urban citizenship in emerging neighborhoods from development to women's cooperatives. The article therefore proposes a dialogue on exchange arising from the regional meetings and the actions implemented nationally dealing with gender and economics, considering the potential of debates and actions crisscross.*

**Keywords:** *Economic empowerment; Woman; Mercosur; Ellas Hacen*

### **Introdução**

**A**s políticas de cooperação desenvolvidas no âmbito do Mercosul relacionadas ao empoderamento econômico das mulheres constituem a linha condutora do presente trabalho, cujo escopo considera a emergência da temática nas atuais

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista PIBIC-CNPQ, laisgpalma@gmail.com, (48) 9168-1447, Rua Presidente Gama Rosa, 447, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina.

Reuniões de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), antigas Reuniões Especializadas da Mulher (REM), desde 1998.

Na tentativa de investigar políticas específicas de autonomia econômica da mulher propostas e/ou adotadas pelos Estados Partes nas referidas reuniões, haja vista serem estas o principal palco de debate institucional da questão de gênero no bloco, faz-se sugestiva a identificação de possíveis intercâmbios entre as ações implementadas nacionalmente. O caso do programa argentino *Ellas Hacen*, instituído em março de 2013 pelo Ministério de Desenvolvimento Social, parece ilustrativo desse processo de aprofundamento dos debates. O programa objetiva fortalecer direitos e construir cidadania urbana em bairros emergentes a partir do fomento de cooperativas de mulheres. Tal iniciativa consiste em uma nova etapa do programa *Ingreso Social com Trabajo, Argentina Trabaja*, lançado em 2009, sendo que o foco agora é, especificamente, as mulheres.

A constatação de que as possibilidades de cooperação regional envolvem o intercâmbio de novas políticas ou projetos põe em destaque a relevância do diálogo entre as ações dos Estados e a participação da sociedade civil. Nesse ínterim, pensando mais especificamente na realidade do Mercosul, o desenvolvimento nacional, medido em termos das mais diversas esferas, demanda a análise de transações outras que não apenas as comerciais, como é o caso, por exemplo, dos aspectos ligados à saúde, à educação, ao emprego e às questões de gênero. Esse último ponto representa uma dimensão relativamente recente nas discussões institucionais do Mercosul, de modo que é importante analisar os ecos institucionais e discursivos das reuniões empreendidas a nível regional.

Considerando que se percebe uma centralidade da temática da violência contra a mulher nos debates a nível internacional e regional, é possível identificar como emblemática a posição ocupada pelo tema da instrumentalização econômica da mulher. Isso porque tal questão navega entre a localização como eixo central das primeiras reuniões para uma abordagem um pouco mais tangenciada nos encontros seguintes, embora presente na maioria deles. Além disso, é preciso ter em cena um olhar sistêmico no que diz respeito à porosidade das ações empreendidas, uma vez que o fomento ao empoderamento econômico da mulher pode se traduzir em mudanças no acesso à educação e nos cuidados com a saúde ao permitir o alcance de uma maior consciência de si.

Tal processo parece ser o proporcionado pelo programa *Ellas Hacen*, posto que há o direcionamento de esforços para a cena local a partir da apropriação primeira de seus próprios lares, passando pelo estreitamento de laços com a comunidade por meio do desenho de cooperativas, sem desconsiderar as exigências em termos de escolarização e perfil de vulnerabilidade para que haja contemplação pelo programa. Justamente esse aspecto vai ao encontro das propostas correntes de desenvolvimento social em circulação nos espaços da América do Sul, uma vez que se alinha à ideia de que, em geral, processos de mudança estrutural parecem ocorrer efetivamente de dentro para fora, do cenário micro para o macroscópico. Além disso, é possível pensar no delineamento de questões identitárias em curso, haja vista a constatação de que similaridades contextuais e divergências comportamentais entre terrenos contíguos podem endossar a ideia de uma história comum e mesmo de uma imagem comum, permitindo pensar em algum tipo de identificação cultural, sem negligenciar o processo de rasuras e esboços que cerca o desenho identitário.

Desse modo, faz-se válido elencar algumas indagações como norteadoras do pensamento, a saber: quais são as políticas públicas de fomento ao empoderamento econômico da mulher acordadas no âmbito do Mercosul a partir das Reuniões de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM)? Como a proposta do Programa institucional argentino *Ellas Hacen* se relaciona com as temáticas abordadas nas referidas reuniões?

Nesse sentido, tem-se como objetivo principal do trabalho a compreensão da forma como a discussão das questões de gênero nas RMAAM, mais especificamente no eixo da economia, permite a identificação de políticas e programas comuns entre os Estados partícipes, analisando se há influência nacional a partir do programa *Ellas Hacen*. Além disso, os objetivos secundários consistem em investigar o histórico das discussões de gênero no âmbito do Mercosul e as esferas de atuação da instância institucional responsável, a RMAAM, considerando também a mobilização da sociedade civil e a institucionalização desse tema nas esferas nacionais; pensar na posição ocupada pelo eixo econômico em termos de ações empreendidas pelos Estados Partes e o papel desse direcionamento nas condições gerais de desenvolvimento de tais Estados; questionar se a possibilidade de adoção de políticas comuns voltadas para a mulher e a economia por parte dos Estados membros coaduna-se com alguma ideia de identidade regional compartilhada; e mapear se há comunicação expressa entre a instância responsável pela temática de gênero

do Mercosul e a Unasul, analisando se a possibilidade de diálogo institucional no âmbito da região potencializa ou não o debate.

Para tanto, o artigo que aqui se desvela está dividido em três partes. A primeira, constituída por aproximações teórica e temática, aborda as interseções entre gênero e economia, pensando no conceito de empoderamento econômico, no de regionalismo (s), nas ideias de identidade regional e cooperação. A segunda propõe um panorama histórico das discussões de gênero no âmbito do Mercosul, considerando a institucionalização do tema, as instituições nacionais competentes e as possibilidades de diálogo com a Unasul. A terceira, por fim, elege o programa Argentino *Ellas Hacén* como caso emblemático para se analisar as relações entre as discussões no cerne do bloco e a atuação prática dos Estados, inquirindo sobre a chance de comunicação entre as políticas de tal eixo implementadas pelos partícipes do bloco, trazendo o relato de uma entrevista realizada com funcionária da atual Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, contida no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a fim de embasar a reflexão sobre a atuação regional. A última, por fim, traz alguns apontamentos à guisa de conclusão.

## **2. Enlace entre gênero, economia, regionalismo(s) e identidade**

A mobilização no sentido da busca pela igualdade de gênero, com a discussão mais central de temáticas durante algum tempo tangenciadas, como a violência contra a mulher, o tráfico de pessoas, as questões relacionadas à saúde, à educação, à segurança, representa um direcionamento no sentido de uma maior coordenação de esforços para formular políticas e empreender ações mais específicas. Outro eixo de análise é a constatação de que, apesar das melhorias em curso, a permanência da mulher dentre as esferas mais vulneráveis resulta em grande parte de um desproporcional acesso às oportunidades econômicas e sociais, o que chama a atenção para condições estruturais e situacionais compartilhadas, em diferentes graus, pelos vários Estados do globo, inclusive os da América do Sul.

Tal fato é ressaltado por Farah (2004: 54) quando se observa a importância de eventos mundiais que abarcam a temática de gênero em suas agendas, como o ECO- 92 sobre meio ambiente, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), a Conferência sobre População e Desenvolvimento (1994), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social

(1995), Fórum Social Mundial (2001-2003), cuja especificidade foi a sugestão de se pensar políticas focalizadas, isto é, voltadas para as mulheres pobres da cidade e da zona rural.

Essa priorização coaduna-se com o fenômeno abordado pela primeira vez pela estadunidense Diane Pearce (1979) sob a alcunha de feminização da pobreza, o qual faria menção ao fato de que as mulheres têm se tornado mais pobres do que os homens ao longo do tempo, tal como descreve Novellino (2004: 3). Segundo esta autora, quando estudos desse processo conseguem comprovar sua veracidade, há em cena uma justificativa para a adoção de políticas públicas voltadas para as mulheres mais pobres. Não obstante, Farah (2004: 55), citando Bruschiniet et al. (1998), adverte que o movimento feminista tem preferido a adoção do termo “pauperização das mulheres” em substituição ao acima referido, por considerar que seria mais coerente não associar “feminização”, palavra culturalmente desvalorizada, com “pobreza”, termo socialmente depreciado, quando se pensa na aceitação de políticas públicas mais focalizadas.

Ora, antes de tudo, é preciso considerar que a definição de políticas públicas guiadas pela perspectiva de gênero aqui adotada é a resgatada por Schilling (2008: 272), qual seja: de que seriam aquelas que primam pela igualdade na distribuição dos recursos, nas trocas socioculturais rotineiras, na qualidade de vida e no entendimento da pluralidade e maleabilidade de formas envolvendo a feminilidade e a masculinidade.

Talvez seja possível tensionar mais um pouco essa noção para a questão das discussões sobre a autonomia econômica da mulher, refletindo acerca da ideia de que a possibilidade de mudança nos discursos construtores dos sentidos que são devotados às suas ações e aqueles que se tem de si pode auxiliar em uma nova perspectiva identitária. Lisboa (2008: 2) traz a assertiva de que a noção de empoderamento da mulher implica em uma mudança profunda nos processos e nas estruturas que reproduzem sua posição enquanto submissa, sendo o poder pensado no sentido de relação social. Dessa forma, a autora situa a perspectiva feminista do empoderamento enquanto condição essencial para a equidade de gênero, uma vez que demanda o reconhecimento por parte das mulheres de que há uma discriminação de gênero e do desejo de querer transformar essa realidade.

Para tanto, é preciso que haja uma mudança no ambiente, uma instrumentalização, pois, ainda de acordo com Lisboa (2008: 3), a exclusão das mulheres pobres dos direitos

mínimos se dá em virtude do não acesso da família ao poder social para melhorar as condições de vida dos membros, nem ao poder político, por não compartilhar das tomadas de decisões ou não ter significativa participação coletiva. Isso significa que quaisquer mudanças estruturais precisam partir dos microcontextos, o que converge com o pensamento de Friedmann (1992: 31) de que qualquer desenvolvimento alternativo deve estar centrado mais nas pessoas e no seu ambiente do que na produção e nos benefícios. Para este autor, o empoderamento enfatiza a autonomia na tomada de decisão de comunidades localmente territorializadas, na participação democrática direta e em um aprendizado social a partir da experiência.

Com efeito, esse teórico elenca três tipos de empoderamento relevantes no ambiente doméstico: o social, que inclui o acesso da unidade doméstica a determinadas “bases” de produção, informação, participação em organizações sociais e recursos financeiros; o político, que se refere ao acesso de cada indivíduo dessa unidade aos processos em que as decisões são tomadas; e o psicológico, que consiste em um senso individual de potência (FRIEDMANN, 1992: 33).

Ao se considerar essas asserções no sentido de um maior protagonismo das discussões sobre os aspectos atrelados à questão da mulher em diálogo com a esfera econômica, sobretudo no âmbito do Mercosul, há a sugestão da ideia de uma realidade similar compartilhada entre os Estados partícipes de tal instância e do estabelecimento de linhas de cooperação que transcendem a esfera puramente comercial, o que parece se coadunar com os apontamentos de Riggiozzi e Tussie (2012) de que a região seria política e socialmente construída para além da contiguidade geográfica, que permite pensá-la enquanto resultado de políticas de poder e interesses. Nesse sentido, apresenta-se a ideia de que haveria um senso de construção comunitária ou *regioness*, isto é, um senso de pertencimento de atores estatais e não-estatais a uma região em particular ou uma ação coerente em direção ao meio externo; algo como um vir- a- ser região, como ela se vê e é vista (RIGGIROZZI & TUSSIE, 2012: 5).

O que as autoras supracitadas sugerem é que o momento corrente refletiria um regionalismo pós-hegemônico, marcado por práticas híbridas que contemplam questões outras, como sociais e culturais, para além das puramente econômicas, como se testemunhava no regionalismo dos anos 1960, voltado à criação de instituições

supranacionais para regulação, e o “novo regionalismo” dos anos 1990, caracterizado pela adoção de uma perspectiva neoliberal com forte viés comercial.

Justamente essa guinada às questões mais contextuais do fazer humano à luz de situações compartilhadas traz o questionamento sobre a possibilidade de se pensar uma identidade regional a partir da adoção de políticas comuns. Hall (2006: 13) traz a noção de identidades nacionais como não isentas do jogo dos discursos, de cisões e incongruências internas, de lealdades e diferenças sobrepostas, além da ideia de que elas são gestadas e metamorfoseadas no interior da representação, das falas de culturas nacionais enquanto um jeito de construir sentidos que incide sobre e organiza as ações e as ideias que cada sujeito tem de si mesmo. Transpondo tal explanação para o plano regional, parece relevante interrogar se as possibilidades alternativas de cooperação no âmbito do Mercosul, que têm sido materializadas sob a forma de políticas e ações voltadas para conteúdos específicos, mais especificamente as questões de gênero, têm contribuído como novos modos de construção de sentidos sobre ações e imagens de si mesma assumidas pela “entidade” região, sem desconsiderar as disparidades internas inalienáveis. Bom, há a possibilidade de que essa construção parta também dos intercâmbios informais transfronteiriços, como diálogos entre a sociedade civil, os quais, quiçá, podem ser pensados como já endossando o desenho de identidade(s) compartilhada(s) flexível(is) em curso.

Ora, não se pode negligenciar também os apontamentos de Bauman (2004) de que, em um contexto marcado pelo esvanecimento de referenciais concretos, pela multiplicidade de ideias, pela fugacidade de escolhas e de conceitos, amplamente conhecido como globalização, as identidades aparecem como vestimentas contingenciais e passageiras. Segundo tal autor,

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ torna-se cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso (BAUMAN, 2004, p. 30).

Nesse sentido, a ideia de construção de uma identidade regional deve ser pensada como um processo inconcluso e constantemente em rasura, haja vista a sua acepção enquanto uma tarefa sempre em vias de realização, assim como não se pode pensar em uma imagem homogênea, ainda que se tenha uma diversidade de compartilhamentos e existências afins.



### **3. Panorama das discussões de gênero no Mercosul e na Unasul**

Pensando mais concretamente em termos regionais, para além de se considerar a possibilidade de desenho de uma identidade compartilhada, é preciso compreender o estado das discussões de gênero no âmbito do Mercosul, considerando a institucionalização da temática, as interseções com a Unasul, o mapeamento das instituições nacionais competentes, bem como o delineamento de políticas públicas específicas divulgadas ao nível das reuniões. É justamente esse o objetivo das subseções que seguem.

#### **3.1. Institucionalização da temática: a construção de normas relacionadas à mulher no âmbito do Mercosul e da Unasul**

Em se tratando do processo de institucionalização das questões relativas à mulher no Mercosul, é preciso levar em conta o relevo desempenhado pela sociedade civil, incluindo os movimentos feministas e de mulheres, além das preparações para as Conferências Internacionais (HOFFMANN, 2013: 9). É o caso da IV Conferência Mundial da Mulher (1995) ocorrida em Pequim, que recomendou a incorporação da questão de gênero em políticas, programas e legislações nacionais para garantir a potencialidade da mulher e condições de igualdade em várias esferas da vida social.

É nesse sentido que se pode compreender o florescimento da discussão de gênero no âmbito do Mercosul, haja vista a necessidade de se pensar políticas específicas de cunho regional, sobretudo em virtude de similaridades situacionais. Isso significa que as mudanças estruturais compartilhadas pela América Latina no final das décadas de 1980 e 1990, com a transição para governos democráticos e aumento de pressões sociais, constituem o solo fértil para a reivindicação de alterações institucionais, reformas constitucionais e participação política efetuada por diferentes forças sociais, em especial aqui os movimentos de mulheres e os feministas, como já referido (PARADIS, 2013: 1).

Ainda assim, a abordagem direta dessa questão no âmbito do Mercosul ocorre a partir de 1998, com a Resolução 20 do Grupo Mercado Comum (GMC) que cria a Reunião Especializada da Mulher (REM), primeiro corpo do bloco diretamente endereçado às questões de gênero e, principalmente, dos anos 2000 em diante, quando há a ascensão de governos de esquerda mais orientados para a aspectos sociais, como a priorização da democracia e dos direitos humanos (HOFFMANN, 2013: 2). Desse modo, é utilizado, na



referida Resolução, o termo “igualdade de oportunidades”, que sinaliza a observância de que o impacto diferenciado sobre mulheres e homens no planejamento e adoção de políticas e normas demanda a instauração de um marco nítido e eficaz de coordenação. A meta declarada já situava a ideia de um compasso entre as realidades vivenciadas pelos Estados Partes, uma vez que se propunha investigar a situação da mulher de acordo com a legislação em vigor em tais Estados quanto ao conceito de igualdade de oportunidades, visando ao desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades em destaque, conforme seu artigo 1.

No ano de 2000 essa mobilização segue um curso mais definido, com as Resoluções 37, 83 e 84 do GMC. Na primeira, há a proposta de incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas do Mercosul. Na segunda, desenha-se a necessidade de harmonização metodológica de indicadores, a título de comparação e integração de uma base de dados regional sobre a situação da mulher, o que abriu a possibilidade de cooperação técnica entre entidades governamentais ou não. Já na terceira, estabelece-se a incorporação da perspectiva de gênero no processo de integração, instando os diferentes foros do Mercosul dentro dos seus mandatos e competências, a incorporar tal perspectiva no planejamento, elaboração, implementação e avaliação de políticas, programas e atividades, dando especial atenção aos eixos do trabalho, emprego, seguridade social, saúde, pequenas e médias empresas e projetos de cooperação.

Após um salto temporal considerável, em 2011 há a revogação da Resolução GMC 20/98 e o estabelecimento da Decisão Nº 24/11, mediante a qual o Conselho do Mercado Comum (CMC) cria a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM) em substituição à REM, demarcando o fato de que o avanço das políticas de gênero no âmbito do bloco conduziu ao fortalecimento da institucionalidade dos órgãos nacionais nos Estados Partes, a maioria com traços ministeriais, além da participação crescente da sociedade civil, de organizações internacionais e também dos Estados associados do Mercosul.

Em 2012, foram aprovadas as Decisões 14 e 32 do CMC, as quais representaram um adensamento das discussões. A primeira estabeleceu uma Política de Igualdade de Gênero com a autorização para que a RMAAM coordenasse esforços com outras instâncias do Mercosul que abordassem aspectos ligados ao gênero, simbolizando um marco comum

para a contemplação de tais assuntos no âmbito do bloco. Já a segunda aprovou um Mecanismo de Articulação para a Atenção à Mulher em situação de Tráfico Internacional, no qual cada Estado deveria designar um órgão nacional de referência e a RMAAM seria aquele responsável por monitorar o cumprimento de tal mecanismo e apresentar um relatório ao CMC a cada dois anos. Dessa forma, a articulação regional é vista como fundamental para se atuar em situações complexas de caráter transnacional que demandam pautas comuns.

Outra possibilidade de articulação regional seria o diálogo no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), haja vista a meta de construção de um espaço de integração nos âmbitos cultural, político, econômico e social. Todavia, ainda não se observa um corpo institucional específico para a discussão de temáticas de gênero, talvez por sua recente emergência em 2011. O que ocorre, considerando que gênero é um dos eixos transversais, é que tal tema perpassa as diversas discussões em termos de harmonização de práticas na América do Sul, estando presente no próprio Estatuto do *Consejo de Desarrollo Social Suramericano*<sup>2</sup> que a equidade de gênero e a igualdade de oportunidades étnica e intergeracional seriam princípios a se seguir.

Quando se observam as iniciativas oficiais já adotadas na Unasul, tem-se que a discussão da temática se dá no âmbito de grupos mais genéricos, como é o caso do Grupo de Alto Nível dos Direitos Humanos, que tem, dentre os seus objetivos, a erradicação do tráfico de pessoas e da violência de gênero, além do *Plano de Ação Unasul- ONU Mulheres* que celebra o compromisso de trabalho conjunto para o fomento da igualdade de gênero e Direitos Humanos das mulheres da região. Além disso, há que se considerar os diálogos travados ao nível dos giros oficiais, o que permite uma maior convergência de esforços no sentido de uma possível integração sul-americana.

Nesse sentido, não obstante ainda não haver discussões mais específicas sobre políticas de gênero relacionadas ao empoderamento econômico da mulher e tal tema representar um eixo transversal, há que se considerar as potencialidades dos diálogos expandidos a outros Estados da região, sendo válido pensar, inclusive, na possibilidade de interseção de práticas e saberes por meio do compartilhamento mais amplo de experiências. Isso porque,

---

<sup>2</sup> Estatuto do Consejo de Desarrollo Social Suramericano, da Unasul. Disponível em:<<http://www.unasursg.org/images/descargas/ESTATUTOS%20CONSEJOS%20MINISTERIALES%20SECTORIALES/ESTATUTO%20CONSEJO%20DE%20DESARROLLO%20SOCIAL.pdf>>.

mesmo que nas RMAAM haja participação de Membros Associados, parece muito enriquecedor a agregação de mais cadeias de pensamento em ação, sobretudo quando se considera que Estados partícipes, além dos que integram o Mercosul, como Chile, Peru e Equador, por exemplo, também possuem instituições governamentais específicas sobre a mulher.

### **3.2. Mapeamento de instituições nacionais competentes e políticas públicas delineadas no âmbito da RMAAM**

Em se tratando das representações nacionais dos Estados Partes, tem-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (2003), contida no atual Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o Ministério de Relações Exteriores e Culto e o Conselho Nacional das Mulheres (1992) na Argentina, o Ministério da Mulher do Paraguai (2012), o Instituto Nacional das Mulheres (2005) do Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero (2009) da Venezuela. No caso mais específico da Argentina, a delegação conta com a Representante Especial para os Temas da Mulher em Âmbito Internacional, instância da Secretaria de Relações Exteriores do Ministério já citado, o que denota uma das atribuições da chancelaria desde as primeiras reuniões. Tais autoridades têm a função de coordenar políticas, programas e ações relacionadas às temáticas de gênero de acordo com as necessidades nacionais, as discussões travadas no interior do bloco e também com o diálogo estabelecido a nível global, com vistas a alinhar esforços no sentido da minimização das mazelas impostas pelo tratamento desigual.

Quando se analisa as atas das reuniões do Mercosul relacionadas à temática das mulheres, as quais costumam acontecer duas vezes por ano desde os anos 2000, observa-se que, desde a primeira, ocorrida em dezembro de 1998, ainda sob a alcunha de REM, até a mais recente, em novembro de 2014, houve uma diversidade de temáticas e uma elaboração de políticas e ações cada vez mais robustas. Logo nos primeiros encontros, havia um foco considerável em temas relacionados à indústria e assuntos trabalhistas, o que refletia os próprios grupos de trabalho. No decorrer das reuniões, houve uma ampliação das temáticas com a preocupação acerca da participação política e social da mulher na região, da incidência da violência sexual, do tráfico de mulheres, do assédio sexual nos âmbitos

laboral e educativo, além das discussões técnicas e de harmonização institucional das representações nacionais oficiais e da participação da sociedade civil. Cabe ressaltar que há também os informes nacionais sobre as políticas desenvolvidas em cada Estado, os quais são divididos em eixos, sendo que o aqui focalizado é o do Trabalho e Integração Econômica.

Em 2003, houve a proposta de institucionalização dos mecanismos nacionais que cuidam de assuntos ligados à mulher, sendo alvo de avaliação os ganhos obtidos nos cinco anos de criação da REM a partir da ressalva à importância de instituições governamentais com *status* de Secretarias de Estado ou Ministérios. A título de exemplificação, vale frisar o informe nacional da Argentina (2003), cujo foco incidiu no estabelecimento de um sistema de cotas no Parlamento e incorporação dessa perspectiva em planos, programas e projetos de desenvolvimento; do Brasil (2003), com a descrição do programa *Fome Zero*, da ampliação de Centros de Atenção à Mulher e Delegacias especializadas de Polícia; do Chile (2003), com o destaque ao sucesso do *Servicio Nacional de La Mujer* (SERNAM) em programas sobre pobreza e nos índices educacionais a partir do maior ingresso das mulheres na universidade, além de reforma institucional na saúde, justiça, trabalho e educação e preocupação com o tráfico de pessoas. Pode-se notar que nem o Uruguai nem o Paraguai especificaram políticas focalizadas similares nesse primeiro momento.

Logo na primeira reunião de 2004 houve um relato das principais ações desenhadas a nível nacional, tendo o Brasil (2004) comunicado, por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR), a reformulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, além do foco nos sistemas de crédito, o programa *Brasil, Gênero e Raça*, com núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação nos comitês regionais e sub-regionais do trabalho. A Argentina (2004), por sua vez, tratou sobre a violência contra a mulher, a Lei de Migrações contra o tráfico de pessoas, ao passo que o Paraguai (2004) falou sobre o II Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens 2003-2007, Convênios com Ministérios do Interior, da Justiça e Trabalho, da Saúde Pública e Bem-Estar social. A delegação uruguaia, por sua vez, não esteve presente.

De um modo geral, o que se constata nos anos que se seguiram foi uma abordagem mais eclética das questões de gênero, indicando o reconhecimento da necessidade de se pensar a

situação da mulher em sua plenitude, considerando as várias searas em que atua e vive. Assim, houve uma focalização nas temáticas da violência contra a mulher, no tráfico de seres humanos, na intervenção de organizações internacionais, na participação política, com uma retomada das temáticas econômicas nos anos mais recentes, incluindo o trabalho doméstico, o rural, a vida laboral/familiar (corresponsabilidade dos cuidados) e a economia social. O programa Argentino *Ellas Hacen* foi apresentado em 2013 dentro dessa esfera, como uma segunda etapa do programa *Ingreso Social com Trabajo, Argentina Trabaja*.

O amadurecimento dos encontros e o adensamento das discussões têm possibilitado intercâmbio de ideias sobre políticas e programas que atuam em diferentes frentes para um alcance pleno das variadas situações vivenciadas pelas mulheres na região, havendo maior descrição das políticas formuladas. É com essa ideia de ampliação de abordagem das políticas que se pode analisar os informes nacionais da última reunião de 2014, mais especificamente em relação ao eixo Trabalho e Integração Econômica. Assim, o informe argentino elenca a sanção da lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas, capacitação de membros do Ministério do Trabalho sobre a perspectiva de gênero no mercado de trabalho, a promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexo, além da ressalva feita ao programa *Ellas Hacen* (ARGENTINA, 2014). O Brasil, por sua vez, explicita uma série de iniciativas nos campos da saúde, jurídico, social, cultural e, no econômico, uma maior titularidade por parte das mulheres dos contratos do programa *Minha Casa, Minha Vida*, bem como a promulgação de uma Emenda Constitucional que promove a igualdade das/os empregadas/os domésticas/os em relação às e aos demais trabalhadoras(es) (BRASIL, 2014).

Já o Paraguai (2014) apresenta esforços também na regulamentação da legislação acerca dos trabalhadores/as domésticos/as, em sintonia com os demais Estados da região, bem como sinaliza preocupação com as condições de trabalho e possibilidades de fomento da atividade das mulheres na zona rural. O Uruguai (2014), ao seu turno, expõe preocupação com a adoção de políticas focalizadas, empenho na regulamentação do trabalho doméstico, assim como abordagem específica quanto ao enlace entre gênero e ruralidade. O informe venezuelano, a fim de endossar a proposta de construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico produtivo socialista, segundo seus próprios termos, expõe uma preocupação com atenção específica a mulheres indígenas e mulheres privadas de liberdade, com foco na produção agroecológica, no artesanato de mulheres indígenas e na

capacitação e formação de mulheres em situação de pobreza e de pobreza extrema (VENEZUELA, 2014). Considerando que há participação eventual de membros associados, o informe colombiano especifica a participação da mulher no Processo de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, a tentativa de evitar qualquer forma de segregação no ambiente laboral em razão do sexo, bem como uma maior atenção às mulheres que trabalham na zona rural e à regulamentação do trabalho doméstico (COLÔMBIA, 2014).

Depreende-se, desse sucinto quadro de iniciativas, a potencialidade das discussões ao nível das reuniões, haja vista um engajamento dos Estados partícipes em questões similares que outrora demandariam intensidades de atenção e ação diferenciadas. Contudo, não se pode ignorar o fato de que o compartilhamento dessas experiências ainda não tenha convergido no desenho de políticas comuns que reflitam uma mesma realidade. Nesse sentido, quanto a programas mais focalizados, percebe-se que o argentino *Ellas Hacen* tem uma proposta direta de inserção laboral como ferramenta de alcance de autonomia, representando um exemplo profícuo de empoderamento econômico no sentido de ruptura com uma desigualdade vigente.

#### **4. *EllasHacen*: transversalização econômica de gênero e regionalização**

O programa *Ellas Hacen*, já tangenciado ao longo da explanação acima, foi lançado no dia 13 de março de 2013 como uma nova etapa do programa *Ingreso Social com Trabajo, Argentina Trabaja* agora dirigido especificamente às mulheres, cujo objetivo era a continuação do fortalecimento de cidadania urbana em vilas e bairros emergentes, conforme exposto no informe nacional de maio de 2013<sup>3</sup>. Inicialmente, o destino eram 100.000 mulheres com maior perfil de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras com filhos menores de 18 anos, aquelas com mais de três filhos que vivem em vilas ou bairros emergentes, as que têm filho com deficiência ou mulheres que são vítimas de violência de gênero. A ideia de tal programa seria a formação de cooperativas para melhoramento dos bairros, além de capacitação e término dos estudos primários e secundários e assistência às vítimas de violência.

---

<sup>3</sup> AGENTINA.(2013), ‘Informe Nacional, de 21 a 24 de maio de 2013. III Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur’. Montevideu, [http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM\\_2013\\_1/RMAAM\\_2013\\_ACTA01\\_ANE06\\_ES\\_Informe\\_Argentina\\_d.pdf](http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/RMAAM_2013_1/RMAAM_2013_ACTA01_ANE06_ES_Informe_Argentina_d.pdf).

Não é por acaso que tal programa é retomado na discussão da mesa técnica de *Gênero, Trabalho e Integração Econômica*, presente no Anexo IV da reunião de 2014, sendo incluído no âmbito da economia solidária. Como inovação, foi relatado o aumento da esfera de atuação a partir da assistência ao coletivo Trans LGBT, vítimas de discriminação e de tráfico de pessoas, além de contar com um Diploma em Gênero no âmbito do *Ellas Saben*, iniciativa impulsionada pela Direção Nacional de Formação de Cooperativas Protegidas a partir de agosto de 2014, a qual oferta às mulheres da província de Buenos Aires capacitações em ofícios, estudos a nível primário, secundário e superior. Assim, segundo dados da página oficial do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina<sup>4</sup>, 33 mil mulheres capacitam-se em instalações sanitárias, 24.021 finalizaram o curso sobre gênero e projeto de país, 5.635 participam de oficinas de capacitação produtiva, 3.690 concluíram o curso de Saúde e redes comunitárias, 776 titulares de *Ingreso Social com Trabajo* e *Ellas Hacen* alçaram ao Diploma de Operadoras Sociais.

Tal ampliação parece bem condizente com os estudos da chamada terceira onda feminista, os quais, sob influência dos apontamentos pós-estruturalistas e pós-modernos, não mais conceituam gênero tendo como base um conceito dual de sexo, mas como uma criação, uma possibilidade de ser não previamente codificada, um *ato performático* (BUTLER, 2003 apud NAVAZ & KOLLER, 2006: 650). Isso sinaliza uma maior adequação das propostas de igualdade aos contextos correntes. Vale ressaltar que a criação dessa etapa remonta ao fato de que no programa inicial *Ingreso Social com Trabajo*, apesar de não haver especificação quanto ao gênero, havia maior participação de mulheres, embora o acesso ainda não fosse tão direto quanto o foi a partir de um recorte direcionado.

Pensando mais especificamente no fomento às cooperativas, é possível tomar de empréstimo a ideia de León (1997: 10) de que, a despeito de a mulher vir sendo objeto dos diferentes tipos de “poder sobre”, isto é, aquele que pressupõe subordinação e dominação, não se pode dizer que ela está desempoderada, mas que sua situação social expressa pouco poder e que aquele que ostenta se dá em limites sociais rígidos. Desse modo, essa autora defende que o empoderamento é um processo singular para cada indivíduo ou grupo de acordo com sua vida, contexto, localização, história ou subordinação no pessoal, familiar, nacional, comunitário e global, porém representa uma superação da desigualdade de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gob.ar/informes/ellas-hacen-ellas-saben-calidad-de-vida-de-la-mano-del-trabajo-y-la-formacion/>>.



gênero na medida em que significa que as mulheres devem modificar as imagens de si mesmas e desafiar os sentimentos de inferioridade. Assim, “facilitar as condições que permitam ou induzam estas mudanças é o papel dos agentes externos”<sup>5</sup> (LEÓN, 2000: 14, tradução nossa). Ora, a possibilidade de maior diálogo e iniciativa, de uma organização política mais densa, de ampliação da formação pessoal constitui uma estratégia de empoderamento nesse sentido.

Um outro ponto suscitado pelo programa foi o surgimento do *Ellas Hacen, Ellas Dicen*, ciclo lançado em novembro de 2014 na Universidade Popular de Mães da Praça de Maio, o qual representa uma nova etapa de formação, na qual as próprias titulares de direito ministrarão as capacitações e produzirão conhecimentos com as companheiras através da Cátedras Populares, mantendo uma voz territorial, plural, coletiva, popular transversalizada pela perspectiva de gênero, tal como descreve o site da referida universidade<sup>6</sup>. Segundo o resgate de Rowlands (1997) feito por León (2000: 12), tal iniciativa parece se encaixar no chamado “poder desde dentro” ou poder do interior, uma vez que este consiste na habilidade para resistir ao poder dos outros, incluindo o reconhecimento dos aspectos mantenedores e reprodutores da subordinação das mulheres. Com efeito, ao permitir a exposição dos saberes adquiridos com a prática e a divulgação dos avanços pessoais e contextuais, o *Ellas Dicen* constitui também uma ferramenta de dilatação da consciência de si e de mudanças a serem perseguidas.

Ora, o que se tem quando da utilização do programa *Ellas Hacen*, a título de ilustração, é a possibilidade de pensar uma política que se ramifica enquanto acontece, encontrando outros âmbitos de atuação e ampliando o efeito geral no sentido da superação de desigualdades arraigadas de gênero. Considerando as similaridades contextuais compartilhadas pelos Estados do Mercosul, questiona-se quão potencial seria a execução de políticas similares que refletissem um empenho conjunto de mudanças desde os contextos mais imediatos, permitindo-se pensar em um “terceiro espaço” ao modo de Bhabha, (1994 apud COSTA, 2009: 83), onde os sujeitos produziram suas identificações, não suas identidades.

---

<sup>5</sup> No original: “Facilitar las condiciones que permitan o induzcan estos cambios es el papel de los agentes externos” (LEÓN, 2000: 14)

<sup>6</sup> Ver detalhes em: < <http://www.madres.org/navegar/nav.php?idsitio=2&idcat=636&idindex=32> >.

É justamente em conformidade com esse pensamento de entrelaçamento entre as ações práticas e as potencialidades de foros de discussão que se pode considerar a percepção advinda de entrevista realizada em meio eletrônico a uma representante da então Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM), atualmente contida no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a qual participara de 13 reuniões da REM e de 3 da RMAAM desde 2004<sup>7</sup>.

Considerando a vasta experiência nos encontros, assim como o longo contato com a temática, a entrevistada avalia que, concomitantemente ao fortalecimento da institucionalidade para as mulheres no Mercosul, cresceu também a relevância da RMAAM para a SPM, ainda mais porque declarações aprovadas nas reuniões colaborariam para o fortalecimento de posições ou atividades que porventura estejam em discussão nos países em questão. Além, é claro, de que tais reuniões endossam a participação em Bloco dos mecanismos das mulheres nacionais em outros fóruns internacionais, a nível da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, por exemplo.

Outro aspecto ressaltado é o fato de que as pautas são decididas conjuntamente nas reuniões, sendo alguns temas alvo de debates permanentes, os quais seguem para discussão nas mesas técnicas, já anteriormente mencionadas. Assim como o programa *Ellas Hacen* foi descrito no informe argentino na Mesa Técnica de Trabalho e Autonomia Econômica, outras políticas desenvolvidas em cada país são trocadas nessas mesas, sendo sugeridos projetos de decisão, de recomendação e declarações à Reunião das Ministras propriamente dita, além de desenvolverem as tarefas antevistas em suas áreas temáticas em projetos de cooperação implementados pela RMAAM. No âmbito ministerial, as propostas apresentadas por tais mesas técnicas são discutidas pelas ministras e altas autoridades e aprovadas ou não. Adicionalmente, há que se considerar que pautas internacionais também contribuem na definição dos temas, o que reforça a importância da disseminação dos debates para a obtenção de políticas concretas e direcionadas.

Haja vista a profusão de temáticas e propostas debatidas no âmbito das reuniões é preciso inquirir sobre as respostas do Grupo Mercado Comum e do Conselho Mercado Comum aos projetos gestados no âmbito das reuniões, ao que a entrevistada pontua que há uma

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada pela autora com representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM) por correio eletrônico. Florianópolis, julho de 2015.

sensibilização paulatina para com o tema, a exemplo do aumento de resoluções no campo dos direitos das mulheres. Quanto à proximidade entre as propostas das Reuniões e as atividades da Secretaria foi ressaltado um estreitamento, na medida em que os temas trabalhados na antiga REM e na atual RMAAM, os quais são alvo de Recomendações, de Decisões e de Declarações reverberam ações já desenvolvidas no âmbito da defesa e promoção dos direitos das mulheres pelos Estados Parte e Associados.

## **Conclusão**

Pensando no entrelaçamento das vozes que agem no sentido de demarcação de um território ao nível do Mercosul cuja condução expresse uma sensibilização genuína às questões relacionadas à mulher nas mais diversas esferas do fazer social, é que se pode compreender o processo de institucionalização em curso. Partindo de discussões acaloradas das organizações da sociedade civil, de fóruns internacionais de debate e de ações específicas em âmbito unilateral, com a pulverização de demandas e de uma visão mais plena, chegou-se a um adensamento do olhar mediante a centralização de vocalizações a nível regional, em que a multiplicidade de temas em pauta nas reuniões ao longo dos anos reflete as tentativas de uma abrangência mais ampla.

Apesar de na entrevista não ter havido o foco especial em políticas de empoderamento da mulher no âmbito da RMAAM, pode-se perceber que a possibilidade de diálogo e o processo de institucionalização da temática por si só já permitem um direcionamento de ações. É o que se observa a partir do programa *Ellas Hacen*, quando se vislumbra o seu impacto e ramificação, sem esquecer que sua descrição repousa na seara das discussões na mesa técnica contingente. Com relação a esse programa, vale refletir sobre o fato de o seu surgimento ter florescido em um órgão que não trata especificamente das questões de gênero, o que levanta a ideia de que haja, talvez, uma maior transversalização da temática no âmbito argentino, com o tratamento da questão mais disseminado nas diversas instâncias. Não obstante a não identificação de programas similares a este nos demais Estados, depreende-se que outras temáticas tiveram encaminhamentos comuns, a exemplo da regulamentação do trabalho das empregadas domésticas, o que permite pensar em um processo de gradativo fortalecimento institucional, passível talvez de fomentar identificações, ainda que não necessariamente identidades.

Nesse sentido, é preciso saudar essa responsabilização e preocupação coletiva com a promoção dos direitos das mulheres nas diversas esferas da vida, sem esquecer que a transposição dos debates para práticas e políticas efetivas também representa uma dimensão importante desse processo e demanda maior amadurecimento também, com ênfase aqui no concernente às políticas de autonomia econômica, ainda que passos progressivos já se encontrem em andamento.

## **Referências Bibliográficas**

### **Bibliografia**

BAUMAN, Zygmunt. (2005), *Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros.

COSTA, Claudia. de L. (2002), “O sujeito no feminismo: revisitando os debates”. *Cadernos Pagu*, Unicamp- SP, No 19,p p.59-90.

FARAH, Marta S. F. (2004), “Gênero e Políticas Públicas”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, No 12, <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>.

FRIEDMANN, John. (1992), “The Trajectory: From Exclusion to Empowerment”. In: *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, escrito por FRIEDMANN, J. Oxford, UK, Blackwell PublishersLtd, pp. 14-36.

HALL, Stuart (2006), *A identidade cultural na pós- modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 11 ed., Rio de Janeiro, DP & A Editora.

HOFFMANN, Andrea R. (2013), “Gender in EU- Mercosur Relations”. *International Studies Association*, San Francisco, pp. 1-21.

LEÓN, Magdalena (2000), “Empoderamiento: Relaciones de las Mujeres com El Poder”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, No 8, pp.191-206.

LISBOA, Teresa K. (2008), “O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder*, 8., Anais eletrônicos...Florianópolis: UFSC, [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf).

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia H. (2006), “Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, vol. 3, No 11, pp.647-654.

NOVELLINO, Maria S. F. (2004), “Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres”. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14, Anais eletrônicos...Minas Gerais: ABEP, [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/pdf/abep2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/pdf/abep2004_51.pdf).

PARADIS, Clarisse. (2013), “O papel e o desenvolvimento dos mecanismos Institucionais de mulheres na América Latina: uma Quarta onda do feminismo em curso na região?”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10, Anais eletrônicos...Florianópolis, [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384203109\\_ARQUIVO\\_ClarisseParadis.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384203109_ARQUIVO_ClarisseParadis.pdf).

RIGGIROZZI, Pía e TUSSIE, Diana. (2012), “The Rise of Post- Hegemonic Regionalism in Latin America”. In: *The Rise of Post- Hegemonic Regionalism: The case of Latin America*, editado por RIGGIROZZI, P. e TUSSIE, D. London, Springer, pp. 1-16.

SCHILLING, Flávia. (2008), “La construcción del género en las políticas públicas: perspectivas comparadas desde América Latina”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol. 38, No 133, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742008000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000100013&lng=en&nrm=iso).

### **Documentos**

ARGENTINA. (2004), ‘Informe Nacional, de 15 e 16 de abril de 2004’. XI Reunión Especializada de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), [http://mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM\\_2004\\_ACTA01\\_A NE04\\_ES\\_InformeNacionArg.pdf](http://mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM_2004_ACTA01_A NE04_ES_InformeNacionArg.pdf).

ARGENTINA. (2014), ‘Informe Nacional, de 19 a 21 de novembro de 2014’. V Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), <http://www.mercosurmujeres.org/es/acta01%202014-i74>.

BRASIL. (2004), 'Informe Nacional, de 15 e 16 de abril de 2004'. XI Reunión Especializada de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), [http://mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM\\_2004\\_ACTA01\\_A NE04\\_ES\\_InformeNacionBra.pdf](http://mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM_2004_ACTA01_A NE04_ES_InformeNacionBra.pdf).

BRASIL. (2014), 'Informe Nacional, de 19 a 21 de novembro de 2014'. V Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), <http://www.mercosurmujeres.org/es/acta01%202014-i74>.

MERCOSUR/ REM. (2003), 'Ata N° 2/03, de 13 e 14 de novembro de 2003'. X Reunión Especializada de La Mujer del Mercosur. (Montevideo: RMAAM), [http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202003%202/REM\\_2003\\_ACT A02\\_ES.pdf](http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/rem%202003%202/REM_2003_ACT A02_ES.pdf).

MERCOSUR. (1998), 'Resolución N°20/98, de 22 de julho de 1998'. Crea La Reunión Especializada de La Mujer (REM). Grupo Mercado Común. (Buenos Aires: Mercosur), [http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/documento\\_gmc\\_creacionrem.pdf](http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/documento_gmc_creacionrem.pdf).

MERCOSUL. (2000), 'Resolução N ° 37/00, de 28 de junho de 2000'. Lista de Projetos e Programas com Incidência sobre a Mulher no Âmbito do Mercosul. Grupo Mercado Comum. (Buenos Aires: Mercosur), [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/A2C65FF0F5E862AB03257F61007511DA/\\$File/RES\\_037-2005\\_PT\\_ProysobreMujer.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/A2C65FF0F5E862AB03257F61007511DA/$File/RES_037-2005_PT_ProysobreMujer.pdf).

MERCOSUL. (2000), 'Resolução N ° 83/00, de 7 de novembro de 2000'. Interação de Bancos de Dados e Harmonização Metodológica de Indicadores sobre a Situação da Mulher. Grupo Mercado Comum. (Brasília: Mercosul), [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/C0FE724055DC8FAE03257F6100751FFE/\\$File/RES\\_083-2000\\_PT\\_BcoDatosMujer.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/C0FE724055DC8FAE03257F6100751FFE/$File/RES_083-2000_PT_BcoDatosMujer.pdf).

MERCOSUL. (2000), 'Resolução N ° 84/00, de 7 de novembro de 2000'. Incorporação da Perspectiva de Gênero no Âmbito do Mercosul. Grupo Mercado Comum. (Brasília: Mercosul), [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/CF19101E06E9ADC603257F6100752109/\\$File/RES\\_084-2000\\_PT\\_IncGeneroMCS.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/CF19101E06E9ADC603257F6100752109/$File/RES_084-2000_PT_IncGeneroMCS.pdf).

MERCOSUR. (2011), 'Decisión N° 24/11, de 19 de diciembre de 2011'. Crea la Reunión de Ministras y Altas Autoridades de la Mujer (RMAAM). Consejo del Mercado Común. (Montevideo: Mercosur), <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/declaraci%C3%B3n%20CMC%2024%202011%20RMAAM.pdf>.

MERCOSUL. (2012), 'Decisão N° 14/12, de 29 de junho de 2012'. Diretrizes de Política de Igualdade de Gênero no Mercosul. Conselho Mercado Comum. (Mendoza: Mercosul), [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/70D352516F565B0E03257F6100761BDC/\\$File/DEC\\_014-2012\\_PT\\_Igualdade%20Genero.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/70D352516F565B0E03257F6100761BDC/$File/DEC_014-2012_PT_Igualdade%20Genero.pdf).

MERCOSUL. (2012), 'Decisão N° 32/12, de dezembro de 2012'. Mecanismo de Articulação para a Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico Internacional. (Brasília: Mercosul), [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/4DACF274C40EC86703257F6100762157/\\$File/DEC\\_032-2012\\_PT\\_FERR\\_Acordo%20Aten%E2%80%A1%C3%86o%20Mulheres%20situacao%20otr%C2%A0fico.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/4DACF274C40EC86703257F6100762157/$File/DEC_032-2012_PT_FERR_Acordo%20Aten%E2%80%A1%C3%86o%20Mulheres%20situacao%20otr%C2%A0fico.pdf).

MERCOSUR. (2014), 'Resumen de las Mesas Técnicas de Violencia y de Género, Trabajo e Integración Económica, de 19 a 21 de noviembre de 2014'. Reunión de la Mesa Técnica contra la Violencia. (Buenos Aires, 2014: RMAAM), <http://www.mercosurmujeres.org/es/acta01%202014-i74>.

PARAGUAY. (2004), 'Informe Nacional, de 15 e 16 de abril de 2004'. XI Reunión Especializada de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), [http://mercocismujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM\\_2004\\_ACTA01\\_A NE04\\_ES\\_InformeNacionPry.pdf](http://mercocismujeres.org/userfiles/file/files/rem%202004%201/REM_2004_ACTA01_A NE04_ES_InformeNacionPry.pdf).

PARAGUAY. (2014), 'Informe Nacional, de 19 a 21 de noviembre de 2014'. V Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), <http://www.mercosurmujeres.org/es/acta01%202014-i74>.

URUGUAY. (2014), 'Informe Nacional, de 19 a 21 de noviembre de 2014'. V Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM),



[http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/V%20RMAAM\\_2014\\_ACTA01\\_ES\\_ANE08\\_f\)%20Informe%20Uruguay.pdf](http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/V%20RMAAM_2014_ACTA01_ES_ANE08_f)%20Informe%20Uruguay.pdf).

VENEZUELA. (2014), 'Informe Nacional, de 19 a 21 de novembro de 2014'. V Reunión de Ministras y Altas Autoridades de La Mujer Del Mercosur. (Buenos Aires: RMAAM), [http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/V%20RMAAM\\_2014\\_ACTA01\\_ES\\_ANE08\\_h\)%20Informe%20Venezuela.pdf](http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/V%20RMAAM_2014_ACTA01_ES_ANE08_h)%20Informe%20Venezuela.pdf).

### **Entrevista**

SECRETARIA de políticas para as mulheres e políticas públicas no âmbito da RMAAM [julho de 2015]. Entrevistadora: PALMA, Laís Gabrielle Araújo da, Florianópolis, UFSC, 2015, correio eletrônico.